

Desafios e conquistas das mulheres trabalhadoras do assentamento Antônio Júlio

Challenges and achievements of women workers in the Antônio Júlio settlement

Julia Ribeiro Portella Nunes¹, Rayane Paulino Dias de Araujo¹, Virgínia da Silva Corrêa¹

DOI: 10.1590/2358-2898202614810679P

RESUMO O movimento pela Reforma Agrária ganhou força no início do século XX, influenciado pela luta histórica dos camponeses pelo direito à terra, ao trabalho, à renda, à liberdade e à igualdade. O regime escravocrata e as estruturas sociais discriminatórias atrasaram esse processo, mas os movimentos sociais conquistaram visibilidade e promoveram debates sobre a construção de um projeto nacional para melhorar as condições de vida da população. Este estudo tem como objetivo identificar as condições de trabalho das mulheres trabalhadoras rurais no Assentamento Antônio Júlio, analisando como essas condições podem impactar a saúde e qual é o seu entendimento sobre os seus direitos e promoção de sua saúde. Pesquisa exploratória, descritiva com abordagem qualitativa, que utilizou como ferramentas de coleta de dados as rodas de conversa. Observou-se que as mulheres têm acesso limitado aos serviços de saúde, o que agrava os problemas existentes e dificulta a prevenção e o tratamento de doenças, bem como a promoção de saúde, mas o modo de vida e trabalho no campo se constitui em fator protetor para elas. Abordar essas questões é essencial para elaboração e implementação de políticas públicas mais eficazes que atendam às necessidades específicas das trabalhadoras do campo.

PALAVRAS-CHAVE Mulheres trabalhadoras. Promoção da saúde. Assentamentos humanos. Condições sociais. Condições de trabalho.

ABSTRACT *The movement for Agrarian Reform gained momentum in the early twentieth century, shaped by the historical struggle of peasants for access to land, decent work, income, freedom, and social equality. The legacy of the slave system and deeply rooted discriminatory social structures delayed this process. Over time, however, social movements gained visibility and fostered important debates on the construction of a national development project aimed at improving the population's living conditions. This study seeks to examine the working conditions of rural women in the Antônio Júlio Settlement and to analyze how these conditions affect their health, their awareness of their rights, and the promotion of their well-being. This exploratory and descriptive study adopted a qualitative approach, using focus groups as the primary data collection method. The findings indicate that these women face limited access to health services, which exacerbates existing health problems and restricts disease prevention, treatment, and health promotion initiatives. At the same time, their rural way of life and work practices appear to function as protective factors for their physical and social well-being. Addressing these challenges is essential for the development and implementation of more effective public policies tailored to the specific needs of women workers in the agricultural sector.*

KEYWORDS *Women, working. Health promotion. Human settlements. Social conditions. Working conditions.*

¹Fundação Oswaldo Cruz
(Fiocruz Brasília) – Brasília
(DF), Brasil.
psi.juliaportella@gmail.com



Introdução

Os assentamentos rurais fazem parte do processo da reforma agrária e se localizam em imóvel rural que não cumpria com sua função social e que foi desapropriado ou comprado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra)¹. A reforma agrária também tem um impacto transformador nas relações sociais no campo, o que incentiva o desenvolvimento econômico e social das pessoas e suas relações com a comunidade. Os assentamentos rurais são uma forma de organização de produção e de vida no meio rural que gera transformações na vida dos trabalhadores rurais que praticam a agricultura, pecuária leiteira, entre outras atividades. Toda a produção é realizada e beneficiada pelos próprios trabalhadores/assentados, visando tanto à geração de renda, por meio da comercialização dos alimentos, quanto ao consumo pelas famílias assentadas^{2,3}.

A vida nos assentamentos é marcada por uma organização coletiva que visa a garantir o direito à terra, com documentos que atestam o tempo de existência e a estrutura organizacional do grupo, além de sua interação com entidades públicas ou civis². O Movimento de Apoio aos Trabalhadores Rurais (MATR) é também um movimento pela reforma agrária, que atua em âmbito nacional e possui mais de vinte assentamentos a ele vinculados. O assentamento Antônio Júlio faz parte do MATR e é objeto deste estudo.

Em geral as mulheres trabalhadoras rurais têm acesso limitado aos serviços de saúde, o que agrava ainda mais os problemas de saúde existentes e dificulta a prevenção e o tratamento de doenças, bem como a promoção de saúde. Isso já foi verificado em estudos nos quais se identificou que as mulheres assentadas de Pernambuco e de Minas Gerais apresentavam sintomas de insônia, choro frequente e falta de apetite^{4,5}. O sofrimento físico e mental passava por situações de pobreza, casamento, sobrecarga de trabalho e violências doméstica e sexual. A maior angústia expressada

por elas era o casamento, por demandar da mulher uma jornada tripla de trabalho que é socialmente esperada e naturalizada pela comunidade, e pela naturalização das violências domésticas que todas vivenciaram em seu período de união, agravando os problemas de saúde. Intervir nessas realidades por meio do diálogo reflexivo é um modo de contribuir para o ganho de consciência crítica, e, a partir disso, potencializar mudanças sociais necessárias^{4,5}.

Este estudo tem como objetivo identificar as condições de trabalho das mulheres rurais no Assentamento Antônio Júlio, analisando como essas condições podem impactar a saúde e qual é o entendimento dessas mulheres sobre seus direitos e a promoção de sua saúde. O tema é relevante pelo seu potencial de revelar problemas de desigualdades estruturais que afetam a vida das mulheres trabalhadoras rurais, além de evidenciar as vulnerabilidades econômicas que vivenciam, na medida em que, muitas vezes, trabalham em situações precárias e são expostas a situações de risco à saúde, como esforços físicos intensos e condições meteorológicas adversas⁶.

Abordar essas questões é essencial para promover melhorias sustentáveis na vida dessas trabalhadoras e de suas comunidades. Para isso, é fundamental entender as condições de vida e de trabalho das mulheres trabalhadoras rurais. Muitas dessas agricultoras possuem uma longa trajetória de vida ligada à agricultura familiar, um saber que é transmitido de geração em geração, sendo a principal fonte de sustento para elas e suas famílias. A análise das condições de trabalho e saúde pode informar a criação e a implementação de políticas públicas mais eficazes que abordem as necessidades específicas dessas trabalhadoras.

Material e métodos

A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, exploratória e descritiva, realizada no primeiro semestre de 2025. Foram realizadas duas visitas de campo para a realização das rodas de

conversa. Cada encontro teve a duração média de 60 minutos e ocorreu no espaço comunitário. Seu objetivo era fomentar reflexões entre as participantes sobre suas condições de vida e trabalho, práticas de saúde e direitos fundamentais. Para a coleta de dados, utilizou-se da observação, escuta ativa, diário de campo e relatórios de atividades.

O desenvolvimento da pesquisa envolveu mulheres do assentamento Antônio Júlio, integrantes do MATR, majoritariamente negras, adultas, com idade entre trinta e setenta e nove anos, com baixo nível de escolaridade. A seleção das participantes foi baseada na disponibilidade de horário, a partir de convites abertos à comunidade feminina. A análise da experiência foi realizada por meio da sistematização, um método baseado na construção coletiva do conhecimento e nos princípios da educação popular. Esse processo reconhece os participantes como protagonistas e considera oito elementos fundamentais: contextualização, singularidade, intencionalidade, compreensão, coletividade, vínculos, comportamento da experiência e dos envolvidos. A sistematização seguiu cinco etapas: ponto de partida, perguntas iniciais e plano de sistematização, recuperação do vivido, reflexões de fundo e pontos de chegada⁷.

Este trabalho foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa da Escola de Governo da Fiocruz Brasília, por estar em conformidade com os pressupostos legais e éticos que regem as pesquisas com seres humanos, e foi aprovado sob o Certificado de Apresentação para Apreciação Ética (CAAE) nº 86446925.5.0000.8027 e Parecer nº 7.460.692.

Resultados e discussão

Saúde e doença

No primeiro encontro, participaram quarenta e cinco mulheres, e na segunda roda de conversa, onze. Muitas apresentavam problemas de

saúde como hipertensão, diabetes (ou pré-diabetes), além de comprometimentos na coluna e no sistema gástrico. As mulheres informaram que tinham vínculo e acesso ao Sistema Único de Saúde (SUS) como instituição de prestação de serviços para registrar, investigar e monitorar a sua situação de saúde. Nesse aspecto, todas as participantes confirmaram utilizar o atendimento da unidade básica de saúde do SUS mais próxima de suas residências^{6,8}. Entretanto, vivenciavam o desafio para obter acesso ao tratamento ou dar seguimento às recomendações médicas após o primeiro contato, como se observa na fala que segue:

Todo ano, existe as campanhas do câncer de mama. Você faz uma campanha do câncer de mama, e por que é que a maioria das mulheres não tem acesso a fazer um exame, uma mamografia [...] uma ultrassonografia? [...] Eu tive quatro AVCs, faço acompanhamento neurológico, e eu tive que botar a Globo dentro do hospital de Sobradinho porque eu não conseguia uma consulta com um neurologista. O sistema de saúde não funciona. Se eu perguntar para todas as mulheres aqui, cada uma já passou por alguma coisa. Então, literalmente, não funciona. Mas eu vou frisar o lance do câncer da mama, que é o que tá mais em evidência hoje. [...] 'Ah, mas porque você não vai?'. Tá, então facilita. Todo mundo fala: 'as mulheres têm muito filho'. Não pega o preservativo. Joga lá, sabe? Conversa com as mulheres, explica para as mulheres. É falar como vocês duas estão fazendo. Isso aqui é muito importante. Não é jogar lá para as pessoas chegarem e pegar.

Nessa reflexão crítica sobre as necessidades femininas básicas para o cuidado da mulher, questiona-se o desafio para a investigação do cuidado preventivo sobre o câncer de mama. A participante problematiza o quanto esse discurso atrativo da saúde está desalinhado das práticas de acesso a esse cuidado, o desafio que é agendar exames e consultas a especialistas⁸.

Outro ponto apresentado por elas foi o desgaste físico com o tipo de trabalho que se realiza no campo e o impacto na saúde e no desenvolvimento das doenças.

Hoje, eu sou limitada em muitas coisas. Eu perdi 70% do músculo do braço direito, eu só tenho 30%. Hoje, eu sou encostada, em decorrência do trabalho, né? Capinar [...] ... Dizem os médicos que é temporário, né? Eu espero que sim. Mas eu fiquei quase dois meses sem saber o que é fazer asseio íntimo com a minha mão direita. [...] e meu cabelo só era amarrado bem aqui na orelha. Porque eu baixava a mão assim para amarrar. Entendeu? Então, eu sofri bastante. Aí, na tomografia e na ressonância, aí acusou, eu faço tratamento, faço fisioterapia, faço acompanhamento. Pela minha idade, automaticamente, quando eu encostei, aí virou aposentadoria, né? Tanto que eu tenho que fazer prova de vida, entendeu? Sempre. Então, isso me deixa com muitas limitações dentro da roça.

Pelo que foi compartilhado, as doenças que se manifestam em seus corpos advêm do trabalho, da forma como o corpo precisou de adaptar para realizar o mesmo movimento ao longo de anos de atividade, e isso agravou o processo de adoecimento. Além disso, estudo mostrou que as mulheres no campo assumem mais trabalho não remunerado em comparação aos homens, devido ao trabalho doméstico. Isso reverbera negativamente no corpo da mulher que além de cuidar dos membros da família participa da luta pela conquista da terra⁹.

As mulheres sinalizaram o desejo de aprofundar o conhecimento sobre a saúde emocional, sobre como se reconhecerem emocional e fisiologicamente. Nesse aspecto, estudos^{4,10} mostraram como a vulnerabilidade territorial e social impacta a saúde mental e o surgimento de sintomas fisiológicos. Daí a importância do referencial teórico da determinação social da saúde, que aborda o coletivo e o caráter histórico-social do processo saúde-doença. Articula ambos para compreender a vulnerabilidade feminina diante de uma sociedade machista e dos desafios que as mulheres assentadas enfrentam para regular e manter sua saúde mental. A fala que segue aponta questionamentos importantes no sentido de preservar a saúde mental:

Porque uma coisa que eu percebo... sou professora, quando a gente tem reunião, eu percebo muitas questões de saúde emocional da mulher. O que é essa saúde emocional? Como que está a minha emoção? Como que eu estou? Como que é o meu autoamor? Como que eu estou me valorizando? Porque a gente passa, a mulher passa por situações muito fragilizadas na sua casa, na rua. Se você vai consertar o carro, você será tratada diferente. Então, esse autocuidado, esse autoamor é a sugestão nesse campo de trazer, também, para que a mulher olhe para si e fale 'eu me amo', 'eu cuido de mim', 'eu não vou permitir ser maltratada por ninguém', 'eu não vou me permitir ser oprimida por ninguém', porque isso é uma necessidade. É saúde emocional também.

Diante da questão apresentada pela participante, pode-se compreender a importância de se ter saúde emocional como uma dimensão necessária para o cuidado do processo saúde e doença da mulher. No aspecto do enfrentamento da sociedade machista, o conhecimento sobre si e a compreensão da dinâmica do espaço em que vive são indicadores essenciais para a construção de mecanismos de proteção e saúde. Enquanto a realidade dessas mulheres vulneráveis não contemplar recursos para sua proteção, cabe elaborar e ampliar formas de conhecimento de si e da sua comunidade para evitar violências patriarcais previsíveis^{4,10}.

Trabalho rural

A remuneração do agricultor familiar varia conforme fatores como tamanho da propriedade, tipo de cultivo, localização e acesso ao mercado. Segundo Serra¹¹, assentamentos rurais geralmente enfrentam infraestrutura precária e terras pouco férteis. No entanto, o assentamento Antônio Júlio, por estar próximo à cidade, tem vantagem na comercialização, embora ainda enfrente dificuldades relacionadas a água, energia e infraestrutura. No referido assentamento, utiliza-se a técnica da agroecologia em todas as suas produções agrícolas, ou seja, são produtos saudáveis

sem uso de adubos químicos, transgênicos e agrotóxicos.

Os assentados buscam promover uma vida saudável para si e para quem consome seus produtos. No referido assentamento, cada família cuida individualmente de sua produção e da terra. Segundo as mulheres da segunda roda de conversa, o amor pela terra e pela produção é transmitido entre gerações. Em uma das falas, uma assentada afirmou que:

Minhas netas, eu tenho duas, e são pequenas. [...] Aí ela falou assim: 'vó, é tão bom morar na roça, né? Vó, a gente não precisa passar fome, né? Pega o ovo, pega a ceroula, pega a abóbora, quer cheiro verde, quer fazer almoço, vai lá, minha filha, pega isso lá'. Então, elas já perceberam que aqui tem como sobreviver sem usar o dinheiro. Por isso que a gente tem que cultivar e ter. Não pode ter preguiça. Tem que trabalhar. E elas ajudam em tudo, em arrumar.

Elas externalizam amor e gratidão pelo território que conquistaram. Essa ação emocional reconhecida entre as mulheres sobre o território, demonstra o poder que o território tem como a essência do que acontece nas relações sociais de apropriação, produção, uso e representação sobre o espaço geográfico. Tem relação com a decisão de produção nas práticas cotidianas como base para projetos de vida e produção de condições favoráveis para existir nos territórios¹².

O trabalho rural pode se constituir em aspectos protetor tanto da saúde física das mulheres e familiares pelo consumo de alimentos saudáveis, como na saúde mental pela realização de uma atividade prazerosa.

[...] uma das coisas que eu mais amo fazer é cuidar da terra, tá ali movimentando. É muito bom, causa bem-estar. Muito maravilhoso fazer o que a gente gosta. Maravilhoso, é uma terapia, da alma para o mundo.

Outro aspecto importante pontuado pelas mulheres se refere a importância de produzir

alimentos saudáveis que gerem renda. Cuidar da terra demanda tempo e dinheiro, e um olhar mais cuidadoso para as mulheres assentadas. Elas afirmaram que *“É trabalhar, mas trabalhar e não ganhar dinheiro não tem jeito, né? Como é que vive?”*. As funções do trabalhador rural variam conforme o território e o tipo de cultivo, mas geralmente envolvem preparar o solo, plantar, irrigar, cuidar das plantas e dos animais, além de realizar a colheita, que pode ser manual ou mecanizada. Essas atividades fazem parte da rotina das mulheres do assentamento.

Em algumas propriedades, especialmente em áreas de agricultura familiar ou pequenas propriedades, o trabalhador pode ser envolvido no processamento dos produtos para consumo próprio e/ou comercialização. No assentamento Antônio Júlio, também se pratica a apicultura, que fornece produtos valiosos. Esse tipo de cultivo desempenha um papel fundamental na polinização de plantas, contribuindo para a agricultura e a biodiversidade¹³.

Por necessidade, muitas mulheres do campo complementam a renda com trabalhos urbanos. Além das atividades produtivas, elas participam das lutas sociais, embora pouco visíveis, reivindicando melhores condições de trabalho, saúde, acesso à água, escola, posto de saúde e políticas públicas no assentamento^{2,4,9,13-14}.

A falta de assistência técnica, o acesso limitado ao crédito, a inexistência de mercados regulados e a precariedade da infraestrutura, como estradas e locais de armazenamento, levam muitas famílias assentadas a depender de atividades externas para complementar sua renda. Esse cenário cria uma dinâmica de vulnerabilidade econômica que enfraquece o objetivo inicial dos assentamentos, que deveria ser o de garantir meios autônomos de produção e subsistência no próprio território¹⁴.

Quando o assentamento é estruturado com a finalidade de promover a autonomia produtiva das famílias, a necessidade de procurar empregos fora da comunidade evidencia falhas no planejamento, seja pela inadequação do

tamanho dos lotes, pelas barreiras ao crédito ou pela falta de políticas de escoamento da produção. Em contrapartida, quando a proposta admite desde o início a possibilidade de complementar a renda agrícola com outras fontes, pode-se observar uma estratégia de diversificação que contribui para reduzir riscos. O problema se intensifica quando a renda obtida fora passa a substituir a atividade agrícola, convertendo o assentamento em mero espaço residencial, sem bases produtivas sustentáveis. Por isso, é fundamental que as políticas públicas consigam diferenciar a diversificação saudável – como a agregação de valor, a organização em cooperativas e a consolidação de agroindústrias familiares – da dependência, que enfraquece o projeto de reforma agrária¹⁴.

Nesse contexto, as ações estatais precisam priorizar projetos produtivos que respeitem as condições dos lotes e os recursos locais, acompanhados de orientação técnica contínua. É igualmente importante investir no fortalecimento das cadeias produtivas locais, incentivando agroindústrias, cooperativas e formas de comercialização que ampliem a geração de renda no território. Melhorias em infraestrutura, educação e capacitação técnica são determinantes para reduzir a migração compulsória, enquanto políticas que assegurem relações de trabalho dignas, transporte e proteção social garantem maior segurança às famílias. Somam-se a isso iniciativas que valorizem a participação da juventude e a igualdade de gênero, além de mecanismos de apoio institucional, como programas de compra pública, garantia de preços mínimos e linhas de crédito acessíveis, que consolidam a sustentabilidade econômica e social dos assentamentos¹⁴.

Direitos fundamentais

O assentado, ao conquistar seu tão sonhado pedaço de terra, tem como primeiro elemento a recuperação da sua dignidade, e passa, então, a

se preocupar com o plantio de seus alimentos, em garantir comida para sua família e um dia vender o excedente. O cultivo de subsistência, frequentemente ignorado, foi a base histórica essencial para garantir alimentação, vida e dignidade – pilares dos direitos humanos. Apesar de sua importância, essa relação raramente é debatida. Chonchol¹⁵ destacou que, entre as décadas de 1960 e 1980, as potências ocidentais voltaram sua atenção para regiões marcadas pela fome crônica, em um esforço de resposta humanitária.

Quando se trata da Reforma Agrária, é importante ressaltar que os assentamentos que já se encontram estruturados apresentam evidências concretas de avanços em segurança alimentar. Entre os indicadores positivos, destacam-se as reduzidas taxas de mortalidade infantil e a presença de feiras – tanto agroecológicas quanto convencionais – em municípios próximos. Esses elementos vêm sendo objeto de estudo por especialistas em diversas partes do Brasil, evidenciando o papel significativo desses territórios na ampliação do acesso a alimentos saudáveis e na melhoria das condições de vida das famílias assentadas¹⁶.

Em tese, a posse da terra contribui para a garantia da segurança alimentar, restaura a dignidade e assegura o direito à vida. Contudo, não há reconhecimento pleno dos assentados como sujeitos de direitos. Ainda se tem o entendimento, no Brasil, de forma equivocada, de que as políticas públicas voltadas à garantia de direitos seriam formas de assistencialismo. Essa percepção alimenta uma lógica de sociabilidade baseada na ideia do ‘favor’, na qual os beneficiários dessas políticas são levados a pedir e agradecer, o que, por sua vez, representa uma negação da cidadania e dos princípios de justiça social¹⁷.

A obtenção do direito à vida não se resume à simples posse da terra. Quando assegurado por meio de políticas públicas, esse acesso não deve ser interpretado como uma ação assistencialista, mas, sim, como resultado de um processo coletivo de mobilização e resistência. Essa luta não é por favores ou concessões,

mas pela efetivação de direitos legítimos que reconhecem os trabalhadores como sujeitos plenos de cidadania¹⁸.

Malagodi¹⁹ destaca as violações de direitos fundamentais que se escondem na narrativa de ‘atraso do homem do campo’, uma vez que lhe é negado o acesso a serviços essenciais, como saúde, educação de qualidade e transporte, serviços esses que a área urbana tem o privilégio de receber. Tal discurso reforça a falsa ideia de que o campo é naturalmente marcado pelo atraso. Ocorre que os serviços garantidos às áreas urbanas pelo Estado são sustentados por impostos gerados a partir da riqueza produzida pelo trabalho humano, inclusive aquele realizado no meio rural²⁰. É urgente reconhecer os direitos historicamente negados às populações do campo e ampliar políticas públicas que garantam cidadania plena, valorizando o campo como parte essencial da sociedade, e não como espaço marginal.

Outro direito fundamental violado é a saúde da mulher rural, que é tratada com negligência, e raramente é destacado nas políticas públicas. A saúde das populações rurais e os seus modos de vida e trabalho, de maneira geral, não figuram com frequência como prioridades dos governos municipais. Tratamentos médicos essenciais, que deveriam ser acessíveis de forma imediata, exigem que os moradores dos assentamentos se desloquem até centros urbanos distantes de suas residências, porém, não são disponibilizados aos assentados transportes públicos adequados e confortáveis que lhes assegurem o direito de ir e vir²¹.

Vale pontuar que existe a Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo, da Floresta e das Águas (PNSIPCFA) que surge como princípio e diretriz para políticas públicas no intuito de melhorar o nível de saúde destas populações vulneráveis a fim de reduzir os riscos à saúde decorrentes dos processos de trabalho e das inovações tecnológicas agrícolas. As transformações nos terrenos, ao longo dos anos, para estimular a dinâmica econômica no País articulou-se na mudança na qualidade de vida e nos indicadores de saúde

destes cidadãos. Contudo, mesmo com a existência deste documento para viabilizar ações de proteção aos direitos fundamentais, há um desconhecimento social que desfavorece a mobilização para sua aplicação e o desafio da economia pública em destinar recursos para a efetivação destes planos²².

Organização social e promoção da saúde

No desenvolvimento da pesquisa, foi possível verificar que o movimento social, nesse caso, o MATR, tem um espaço reconhecido pelas participantes como um espaço de promoção de saúde, segurança, justiça e igualdade para elas. Foi unânime a fala de valorização desse movimento em amparo às mulheres:

Há 22 anos atrás ou 23, no Renascer, fui expulsa [...]. Aqui [no Antônio Júlio] eu vi meu barraquinho, ganhei aqui embaixo, pedi o nosso coordenador, hoje em dia, que eu o considero como o segundo presidente, entendeu? Do MATR que ele me falou, então eu não vou ficar aqui embaixo, ele me botou pela mão e disse: ‘aqui, você vai ficar aqui’, e me botou lá, onde eu estou até hoje assentada. E eu falo com orgulho que sou MATR até a alma. Tô aqui assentada.

Os relatos evidenciam a autonomia das mulheres nas atividades da roça e o bem-estar gerado pela relação com a terra, no entanto, a idade avançada limita a realização de tarefas pesadas. A presença da família é vista como promotora de saúde, ao permitir a divisão do trabalho e o fortalecimento dos laços comunitários. Essa união favorece o cuidado com a terra, a alimentação e a produção voltada às necessidades da família, reforçando a segurança e a confiança proporcionadas pelo MATR^{23,26}.

Em articulação com a literatura, analisar os sistemas sociais é relevante, pois possibilita entender a caracterização dos atores sociais, os sinais e os sistemas simbólicos que são referência para o grupo. O que foi possível

compreender sobre o MATR, por meio desse coletivo feminino, é uma postura crítica e vigilante sobre as relações de poder na perspectiva de gênero. E isso se mostrou uma característica singular com relação a esse movimento social, ao confrontar o passado delas, avaliar e confirmar a mudança de mentalidade que existe nos diferentes grupos sociais²⁵.

Conhecer o coletivo com o qual se vincula e a ligação que se tem com o território têm relação com a promoção da saúde, com o suporte, com a criação de territórios sustentáveis e saudáveis para o ambiente e para as relações humanas que existem nessas terras. Nesse sentido, há um alinhamento entre relacionar-se com o território como uma potência de transformação, logo, de agir sobre o espaço no sentido de aprender contextos de vida saudáveis e implementar políticas públicas em prol da sustentabilidade do terreno e do seu desenvolvimento^{12,26}.

Em soma às questões de proteção, o movimento do MATR tem, também, uma prática para os participantes do movimento de solicitar o 'Nada Consta', para conhecer os indivíduos que fazem parte da mesma luta e entender a luta de cada membro, a fim de tentar ajudá-lo na medida do possível. Conforme o relato de uma das integrantes do movimento, há um estigma e um estereótipo associados aos batalhadores por uma terra, e isso é uma imagem prejudicial ao movimento:

Agora, depois da internet, que todo mundo tem telefonezinho, que todo mundo grava tudo, aí diminuiu. Eles começaram a colocar regras lá dentro. Quando chegou lá, que chegou o pessoal da polícia [...] eu, estava meu esposo, estava os meninos na frente, já foi dizendo: 'o que vocês estão fazendo aqui? Vocês sabem que aqui só tem bandido. Como é que vocês estão no meio de lugar desse?'. Então já vem generalizando. O nosso foco é tirar o adolescente das drogas, colocar ele na escola. A preocupação é essa, de arrumar trabalho pra mãezinha que tá desempregada. Se ela não tá conseguindo tirar o sustento da família da terra, o que a gente como movimento tem que fazer? Temos

que se unir e ajudar aquela família. Essa é a nossa obrigação. E olha que nosso acampamento lá era muito organizado. A gente tinha ciranda, tinha aula de música pras crianças, tinha parquinho. Onde a gente tava era bem organizado.

Esse movimento de saúde, cuidado e segurança na relação sujeito e território pode ser visto no processo de adesão ao MATR, pois seus membros solicitam o 'Nada Consta'. Isso tem o objetivo de conhecer o precedente das pessoas que desejam se integrar ao movimento, pois no momento em que entrarem no grupo, compartilharão da sua identidade e serão referências na segurança e cuidado com a comunidade. E, para a construção de um vínculo saudável entre comunidade e território, é importante avaliar o potencial de contribuição do sujeito à comunidade. Em alinhamento a isso, o movimento tem suas ações embasadas na proteção e no cuidado do seu grupo social, bem como no cuidado com as terras adquiridas. Logo, isso favorece a construção de um coletivo em prol da promoção da saúde, nutre a sensação de conexão de uma família, mesmo em uma população de extrema vulnerabilidade, com recursos limitados e em constante estresse na luta pela garantia de direitos fundamentais^{26,27}.

Luta da mulher

Foi possível verificar nos discursos das mulheres o processo de transformação que ocorre em sua saúde e na construção de ser mulher na jornada da luta da vida. Nesse sentido, em consonância com as falas delas, o desenvolvimento de ser mulher é profundo e doloroso, gerando sintomas fisiológicos como insônia, choro constante, ansiedade, depressão, cansaço físico e mental e explosões emocionais. Esse discurso é visibilizado em seu crescimento na sociedade, até o momento do choque sobre os papéis de gênero, que dizem respeito a como a sociedade espera que mulheres e homens ajam e se comportem. Diante dessa leitura, aquelas mulheres que entendem e mudam

o padrão de vida e sua forma de agir sofrem com a quebra de padrões e são associadas a outras leituras sociais não estimulantes e muito estigmatizadas^{4,26-28}.

É, mais é... Se alguém discordar de mim, por favor, levante a mão e diga o porquê. Cansaço físico, cansaço mental. Porque não é fácil ter que ficar, de repente você entra na área, tá tudo ok, tudo bem, tudo em paz. Daqui a pouco é polícia, é o chacareiro te ameaçando... te expulsando, esse mix de sentimento, ele te causa muitas dores, muitas frustrações. Então, pra chegar a ser assentado, é muita emoção que passa embaixo da ponte.

Eu engravidei com 15 anos de idade. Com meus 20 eu vim para Brasília. Quando eu cheguei aqui, o pai deles me largou sozinha [...] arrumei dois trabalhos. Eu dormia tipo umas 4 horas por noite assim, pra eu poder cuidar e sustentar meus filhos e não deixar nunca meu filho ir pro sinal ou ir trabalhar pra alguém pra ganhar trocado. [...] E virei nos 30, eu me levantava, deixava meus filhos na creche ou na escolinha e ia trabalhar. À noite, eu retornava, botava meus filhos para dormir e ia trabalhar, fazer bico em uma lanchonete à noite, até meia-noite. Então, eu tinha apartamento de dois quartos, meus filhos estudavam em boas escolas, tinha meu carro, meus filhos se vestiam igualzinho os filhos daquelas outras mulheres que eram casadas do prédio [...] era mãe solteira, tinha dois filhos, morava bem [...] meus filhos foram crescendo, comprei restaurante e meus filhos foram trabalhar num restaurante comigo.

Outro ponto importante diz respeito à dedicação da mulher à família, a priorizar os membros da família, ajudar em suas necessidades e se deixar de lado, quando pedem sua ajuda. Nesse aspecto, estudo²⁸ expôs a importância da mulher dentro do sistema familiar como uma referência para o cuidado do outro. E mesmo quando adere a uma demanda com mais trabalho, costuma ser um movimento esperado pela família, assim como é ‘natural’ esse processo do trabalho doméstico dentro da lógica do cuidado feminino²⁸.

Nos casos das mulheres que compartilharam de forma mais profunda suas vidas, com relatos do que viveram quando eram mais jovens e dos desafios das vivências atuais, percebe-se relação com o ritmo diferente de vida entre mulheres com menos de 50 anos e acima dos 50. As mulheres na fase da vida adulta intermediária compartilharam trabalhar mais e ter maior aptidão física para realizar as demandas, enquanto o adulto tardio e o idoso demandam mais auxílio de outras pessoas para trabalhos braçais, além de estarem em um período de maior contemplação sobre sua jornada da vida. Logo, o acesso ao discurso permitiu compreender e visualizar os elementos segundo as necessidades nos diferentes períodos de vida, na etapa da vida adulta jovem, adulta intermediária, tardia ou idosa.

Um tópico importante de pontuar é a importância da rede de apoio na luta das mulheres, um espaço de suporte emocional e físico. No segundo encontro, em que mulheres acima dos 50 anos dialogaram mais, elas expuseram que recebem auxílio de familiares na convivência e em demandas de saúde, de trabalho e questões familiares. Contudo, mulheres viúvas e solteiras não tinham um espaço familiar garantido para ajuda, mas tinham segurança em pontuar que as vizinhas e amigas do movimento social eram seu auxílio em demandas espontâneas e necessidades inesperadas, caso ocorressem.

Com frequência os trabalhadores rurais são representados na mídia de forma estereotipada, como bagunceiros, ignorantes, que não se comunicam direito, vestem-se mal, além de haver exposições midiáticas de violência no espaço rural. Diante dessa situação, as mulheres questionam a ausência de crítica e cautela no olhar social sobre a sua realidade singular, que não é comparável com a vivência em outros movimentos ou com o que a mídia retrata²⁸.

Esse preconceito também tem muito da questão do Estado, do próprio Estado. Tem a questão das pessoas que não estão dentro do movimento, que não compõem nenhum tipo de movimento, e tem a pressão do Estado, de polícia. ‘Ah! São tudo

tranqueiras, vagabundos, bandidos!'. A mídia solta isso. A mídia solta como os invasores, os safados.

Quando eu vim entrar, muita gente conhecida da gente... 'Meu Deus, você tá doida'. Eles falavam com o meu filho, 'você vai deixar sua mãe entrar no negócio, você não sabe o que tem lá dentro. Lá só tem bandido'. É traficante, é não sei o que, e tal. E eu falei 'pois vocês são quem estão enganados. Só se for na área que vocês andam'.

Conforme o que é apresentado nas falas das participantes, o estereótipo divulgado pelas mídias sobre trabalhadores rurais reforça uma caracterização socialmente negativa e generalista. Contudo, essa realidade diz respeito a um grupo minoritário, que pode estar inserido em alguma atividade na luta para obtenção de terra ou não. A realidade vivenciada por elas é de um grupo que se conhece e que sente a segurança de conviver e lutar unido em busca dos seus direitos^{25,28}.

Considerações finais

O presente trabalho buscou analisar as vivências e experiências das mulheres do Assentamento Antônio Júlio, focando nas atividades que desempenham em seus territórios, nas condições de trabalho e nos impactos sobre a sua saúde. No que se refere ao trabalho rural realizado pelas mulheres, foi possível perceber que os desafios enfrentados por essas trabalhadoras são frutos de questões históricas, que persistem até os dias atuais, e ainda que haja normas legais relacionadas à insalubridade e sua aplicação no trabalho rural feminino, ainda assim, é necessária a realização de capacitações das trabalhadoras, a fim de informá-las sobre seus direitos. Além disso, é fundamental o desenvolvimento de políticas públicas mais eficazes que atendam às suas necessidades.

Ainda que existam legislações específicas para a segurança e saúde do trabalhador rural, sua efetividade é restrita, pois existe muita

informalidade, falta de fiscalização adequada e desigualdade de gênero no meio rural. São necessários o fortalecimento da fiscalização e a conscientização das trabalhadoras sobre seus direitos, para que, assim, haja redução dos impactos da insalubridade, assegurando que a legislação seja aplicada de forma eficiente. Ademais, a valorização do trabalho feminino no campo é necessária, pois garantirá que essas trabalhadoras tenham acesso a direitos básicos, como equipamentos de proteção, adicionais salariais e políticas de apoio à maternidade.

Com isso, espera-se que este estudo contribua para o fortalecimento do debate sobre a necessidade de aprimoramento das normas vigentes e da adoção de políticas públicas que promovam um ambiente de trabalho mais seguro e equitativo para as mulheres no setor rural. A proteção dessas trabalhadoras não apenas resguarda seus direitos individuais, mas também fortalece o desenvolvimento econômico e social do País. Além do fortalecimento dos movimentos sociais do campo, como promotores de uma rede de apoio, de luta por direitos e de promoção da saúde.

Agradecimentos

Às lideranças do Assentamento Antônio Júlio, que apoiaram a nossa entrada no território e promoveram a divulgação do evento para as mulheres da comunidade; à Coordenação Político-Pedagógica do Curso de Especialização Direitos Humanos, Participação Social e Promoção da Saúde das Mulheres; e a Virgínia da Silva Corrêa, pela orientação no processo da construção deste trabalho.

Contribuições de autoria

Nunes JRP (0000-0003-4550-0204)*, Araujo RPD (0009-0009-5034-506X)* e Corrêa VS (0000-0001-7763-5475)* contribuíram igualmente para a elaboração do manuscrito. ■

*Orcid (Open Researcher and Contributor ID).

Referências

1. Presidência da República (BR). [Constituição 1988]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF. 1988 out 5; Seção 1:1.
2. Rua MG, Abramovay M. Companheiras de luta ou “coordenadoras de painéis”? As relações de gênero nos assentamentos rurais. Brasília, DF: UNESCO; 2000.
3. Anjos ML. A gestão da qualidade na prestação de assistência técnica e extensão rural aos assentados da Gleba 81 no Distrito Federal [dissertação]. Brasília, DF: Universidade de Brasília; 2024. 93 p.
4. Leite JF, Dimenstein M, Dantas CB, et al. Condições de vida, saúde mental e gênero em contextos rurais: um estudo a partir de assentamentos de reforma agrária do Nordeste brasileiro. *Av Psicol. Latinoam.* 2017;35(2):301-16. DOI: <http://dx.doi.org/10.12804/revistas.uosario.edu.co/apl/a.4768>
5. Panelli BL, Barros MBSC, Ó DMSO, et al. “Promotores da saúde” em um assentamento rural: Letramento em saúde como intervenção comunitária. *Textos Contextos (Porto Alegre)*. 2020;19(1):e29470. DOI: <https://doi.org/10.15448/1677-9509.2020.1.29470>
6. Wanderley MNB. O campesinato brasileiro: uma história de resistência. *Rev Econ Sociol Rural*. 2014;52:25-44. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-20032014000600002>
7. Holliday OJ. Para sistematizar experiências. Tradução de Maria Viviana V. Resende. 2ª ed., rev. Brasília, DF: MMA; 2006.
8. Barros LDV, Teixeira CF. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e saúde do campo: revisão integrativa do estado da arte. *Saúde Debate*. 2018;42(Esp 2):394-406. DOI: <https://doi.org/10.1590/0103-11042018S227>
9. Butto A, Dantas I, organizadoras. Autonomia e cidadania: políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário; 2011.
10. Rocha PR, David HMSL. Determination or determinants? A debate based on the Theory on the Social Production of Health. *Rev Esc Enferm USP*. 2015;49(1):129-35. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0080-623420150000100017>
11. Serra E. Processos de Ocupação e a Luta pela Terra Agrícola no Paraná, 1991 [tese]. Rio Claro: Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista; 1991. 361 p.
12. Monken M. Território e saúde: apontamentos conceituais para a proposta de territórios sustentáveis e saudáveis. *Saúde Debate*. 2024;48(Esp 1):e8721. DOI: <https://doi.org/10.1590/2358-28982024E18721P>
13. Silva G. Os desafios das agriculturas brasileiras. In: Gasques JG, Vieira Filho JER, Navarro Z. *A agricultura brasileira: desempenho, desafios e perspectivas*. Brasília, DF: IPEA; 2010. p. 157-83.
14. Medeiros LS, Leite S. Assentamentos rurais: mudança social e dinâmica regional. Rio de Janeiro: Mauad; 2004.
15. Chonchol J. A soberania alimentar. *Estud Av.* 2005;19(55):33-48. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-4014200500030000>
16. Oyama TK, Serra E. O Assentamento Coletivo Santa Maria do Município de Paranacity – PR. In: 9º EPCC – Encontro Internacional de Produção Científica; 2015 nov 3-6; Maringá, Paraná. Maringá, PR: EPCC; 2015. p. 4-8.
17. Maciel CAB. Benefício de prestação continuada: as armadilhas. Presidente Venceslau/SP: Ed. Letras à Margem; 2008.
18. Chechi LA. Iniciativas do Estado e da Articulação Nacional de Agroecologia na construção da PNAPO e das Planapos. *Exten Rur*. 2018;24(4):48-64. DOI: <https://doi.org/10.5902/2318179628944>

19. Malagodi E. A relevância da Questão Agrária na atualidade. In: Bergamasco SMPP, Oliveira JTA, Esquerdo VFS. Assentamentos rurais no século XXI: temas recorrentes. Campinas/SP: FEAGRI/UNICAMP/IN-CRA; 2011. p. 37-66.
20. Marx K. O Capital: Vol. I – Marx os economistas. São Paulo: Abril Cultural; 1983.
21. Whitaker DCA. Direitos humanos e reforma agrária. Retratos de assentamentos. 2011;14(2):173-86. DOI: <https://doi.org/10.25059/2527-2594/retratosdeassentamentos/2011.v14i2.97>
22. Arruda, CAM, Pessoa VM, Soares RAS, et al. Direitos e Estado brasileiro: diálogo entre as políticas públicas para as populações do campo, da floresta e das águas. In: Carneiro FF, Pessoa VM, Teixeira ACA, editores. Campo, floresta e águas: práticas e saberes em saúde. Brasília, DF: Editora UnB; 2017. p. 83-107. DOI: <https://doi.org/10.7476/9786558460510.0006>.
23. Netto GF, Villardi JWR, editores. Ambiente, saúde, sustentabilidade: fundamentos, bases científicas e práticas. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; 2024.
24. Scopinho RA. Condições de vida e saúde do trabalhador em assentamento rural. Ciênc saúde coletiva. 2010;15:1575-84. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232010000700069>
25. Vasquez GCF. A Psicologia na área rural: os assentamentos da reforma agrária e as mulheres assentadas. Psicol Cienc Prof. 2009;29(4):856-67. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1414-98932009000400015>
26. Silva EL, Dimenstein M, Dantas C. Violência contra a mulher em um assentamento rural de reforma agrária do nordeste brasileiro. Rev Lat-Am Geogr Gênero. 2018;9(1):88-106. DOI: <https://doi.org/10.5212/Rlagg.v.9.i1.0005>
27. Costa MGSG, Dimenstein MDB, Leite JF. Condições de vida, gênero e saúde mental entre trabalhadoras rurais assentadas. Estud Psicol (Natal). 2014;19(2):145-54. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-294X2014000200007>
28. Schnorr J. A representação do viver no campo: o estereótipo do homem e do espaço rural na televisão. CadCom. 2012;15(2). DOI: <https://doi.org/10.5902/2316882X4722>

Recebido em 27/05/2025

Aprovado em 08/12/2025

Conflito de interesses: inexistente

Disponibilidade de dados: os dados de pesquisa estão contidos no próprio manuscrito

Suporte financeiro: não houve

Editora responsável: Maria Lucia Frizon Rizzotto, Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), Cascavel, Paraná (PR), Brasil. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7877904356698023>, Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3152-1362>, e-mail: marialuciarizzotto@gmail.com